



APROVADA
NA 635 a. Sessão

ALADI/CR/Ata 629
16 de janeiro de 1997
Hora: 10h às 11h10m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 624a., 627a. e 628a. sessões.
4. Ordem de votação nominal para o ano de 1997 (ALADI/CR/Resolução 1, Artigo 20).
5. Organização das atividades do Comitê de Representantes para o primeiro semestre de 1997 (ALADI/SEC/di 890).
6. Criação de grupos de trabalho para apresentação de estudos e documentos elaborados pela Secretaria-Geral (ALADI/SEC/di 889).
7. Informe sobre o Terceiro Seminário, "Dimensão jurídica da Integração".
8. Assuntos diversos.





Preside:

JESUS SABRA

Assistem: Jesús Sabra, Gustavo A. Moreno, Elizabeth Wimpfheimer e Javier Gobbi (Argentina), José Guillermo Loria (Bolívia), Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares (Brasil), Augusto Bermúdez e Alejandro Marisio (Chile), Jaime Pinzón e Henry Javier Arcos (Colômbia), Humberto Jiménez Torres (Equador), José Luis Solís, Alberto Rodríguez e Arturo Juárez (México), Carlos Galeano (Paraguai), Agustín de Madalengoitía e Pedro Bravo (Peru), Bruno Faraone e Jorge Jure (Uruguai), Oscar Fornoza e Ariel Vargas (Venezuela).

Secretário-Geral Adjunto: Juan Francisco Rojas.

Secretário-Geral Adjunto: Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Damos início à 629a. sessão do Comitê.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Submete-se para consideração a ordem do dia oportunamente distribuída a todos os Senhores Representantes. Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria para informarmos a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Os assuntos em pauta figuram no documento correspondente, em poder dos senhores, e vale a pena destacar diversos aspectos. Em primeiro lugar, por nota da Representação argentina soubemos das recentes promoções do Senhor Hugo Javier Gobbi, ao cargo de Conselheiro, e da Senhorita Julia Pan, a Segundo Secretário de Embaixada. Igualmente, uma nota da Representação do Peru comunicando a promoção do Senhor Agustín de Madalengoitía à categoria de Conselheiro. A Secretaria, por meu intermédio, faz chegar-lhes seus parabéns.



No documento mencionado também foram incluídas varias notas sobre pessoas cujas assinaturas foram habilitadas para emitir certificados de origem.

Cabe dar entrada também, nesta oportunidade, à Nota Nº 39, de 26/XII/96, da Representação da Bolívia, enviando um cheque correspondente a sua contribuição para o ano 1996, pela quantia de US\$ 79.500. Agradecemos a essa Representação e na reunião privada teremos oportunidade de referir-nos mais amplamente a este tema.

A Delegação do Brasil nos enviou ontem uma nota referente aos procedimentos para a habilitação dos funcionários autorizados para emitir certificados de origem, solicitando que este tema seja incorporado à ordem do dia da próxima reunião do Comitê.

A Representação da Colômbia nos comunicou que o Senhor Embaixador Jaime Pinzón López finaliza sua missão no mês de fevereiro. Em conformidade com o acordado com a Presidência, em 29 de janeiro se realizará a sessão extraordinária de despedida do Embaixador Pinzón.

A Representação do Peru, com data de 7 de janeiro, enviou uma nota mediante a qual incorpora ao direito interno os protocolos adicionais assinados no mês de dezembro e com vigência até o mês de setembro de seus acordos de alcance parcial com os países-membros do MERCOSUL, bem como de outros acordos no âmbito da Associação.

Finalmente, a Embaixada da Suíça comunicou o término de funções do Embaixador Kaufmann, indicando que fica como Encarregado de Negócios dessa missão, e como Representante junto à Associação o Senhor Jean Louis Giddey.

É tudo, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Caso não haja comentários sobre os assuntos em pauta, passaremos ao Ponto 3 da ordem do dia.

3. Consideração das atas correspondentes às 624a., 627a. e 628a. sessões.

PRESIDENTE. Submetem-se a consideração. Caso não haja observações ficarão APROVADAS.

4. Ordem de votação nominal para o ano de 1997.

PRESIDENTE. De acordo com o Artigo 20 do Regulamento do Comitê de Representantes, corresponde, no começo de cada ano, estabelecer na primeira sessão, mediante sorteio, a



ordem de votação nominal. Solicitamos à Secretaria que proceda de conformidade com esse regulamento.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Juan Francisco Rojas). 1) Paraguai, 2) Peru, 3) Venezuela, 4) México, 5) Bolívia, 6) Colômbia, 7) Chile, 8) Equador, 9) Argentina, 10) Brasil e 11) Uruguai.

PRESIDENTE. Quando corresponder se procederá nessa ordem.

5. Organização das atividades do Comitê de Representantes para o primeiro semestre de 1997.

PRESIDENTE. Solicito à Secretaria que apresente o documento ALADI/SEC/di 890.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana Quisbert). Obrigado, Senhor Presidente.

Está em poder dos senhores o documento mencionado, onde consta o projeto de atividades para o primeiro semestre de 1997 e que contém todas as atividades que seriam desenvolvidas no âmbito do Comitê e da Secretaria.

O primeiro ponto se refere ao programa de atividades aprovado mediante a Resolução 224, objetivando acompanhar a execução do programa, através do Grupo Ad Hoc, coordenado pelo Senhor Embaixador do México, para depois submetê-lo à consideração do Comitê de Representantes.

Por outro lado, considerou-se conveniente, em coordenação com o Senhor Presidente, elaborar um projeto de plano operacional do programa de atividades. Isto significa que, partindo do documento aprovado pelos senhores, a Resolução 224, seria desenvolvido um plano de execução desse programa de atividades a fim de facilitar sua realização e acompanhamento. A Secretaria-Geral estaria incumbida deste trabalho para submetê-lo à consideração dos Senhores Chefes de Representação em uma reunião informal.

Foi incluída, também, uma atividade de apoio a um seminário sobre a Dimensão Jurídica da Integração, organizado pela OEA. Recebemos um pedido oficial da OEA e estamos em contato com as autoridades da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos. Oportunamente informaremos sobre o desenvolvimento deste seminário.

Por outro lado, a idéia da Presidência é determinar, durante o primeiro semestre, a sede e data para a reunião do Conselho de Ministros da ALADI deste ano. Esperamos fazer uma avaliação sobre os resultados da reunião da OMC em Singapura. Finalmente, queremos estabelecer prioridades das atividades da ALADI em função da reunião de Ministros



dos países da ALCA, em Belo Horizonte, em maio de 1997 e da reunião preparatória para março.

Em função destas avaliações e prioridades serão elaborados um projeto de agenda e documentos de base para a reunião do Grupo Ad Hoc de Responsáveis pela Integração para julho-agosto de 1997.

Em um segundo capítulo, a Presidência e a Secretaria estão pensando em implementar a base de dados sobre matérias específicas. Tratar-se-ia, por um lado, de estabelecer uma base de dados sobre legislações nacionais vigentes, vinculadas com serviços, normas jurídicas, etc.; por outro, de analisar a possibilidade de incluir estatísticas sobre comércio de serviços.

Em um terceiro capítulo, vinculado com o tema do Orçamento da Associação, estão previstas duas atividades: primeiro, fazer o acompanhamento do orçamento deste ano, através da Comissão de Orçamento, que depois será enviado para consideração deste Comitê; e segundo, apresentar ao Comitê em abril o projeto de orçamento para 1998 em abril, para depois aprová-lo, tal como previsto, em junho deste ano.

Em um quarto capítulo existe a intenção de iniciar cursos de capacitação do pessoal da ALADI em aspectos globais da integração e em aspectos específicos. Nessa matéria haveria três formas de trabalhar:

- cursos ou seminários coordenados com o CEFIR;
- palestras de membros do Comitê de Representantes; e
- oficinas programadas pela Secretaria-Geral, com a apresentação, por parte desta, de um plano de atividades para o primeiro semestre

Em um quinto capítulo, relacionado com outras reuniões especializadas, estão previstos dois campos de trabalho. Por um lado, a realização de um calendário de reuniões para os temas de origem, valoração aduaneira, superação dos obstáculos técnicos, nomenclatura básica comum e normas antidumping no âmbito da ALADI, etc., e, por outro, sugere-se que estes temas deveriam ser considerados em grupos especiais do Comitê antes de convocar os peritos para avaliar a conveniência ou não dessa convocação.

Em um sexto capítulo, que se refere aos aspectos organizacionais, a Presidência do Comitê apresenta um calendário de reuniões cada 15 dias, nas datas indicadas no documento, que estariam sujeitas a algumas modificações, de acordo com os novos elementos de juízo ou temas que os Senhores Representantes desejarem incorporar de forma extraordinária.

Está previsto, também, que o Grupo Ad Hoc faça uma vez por mês o acompanhamento do programa de atividades, nas quintas-feiras e para os temas de orçamento, estão previs-

tas reuniões da Comissão duas vezes por mês, nas terças-feiras.

Por outro lado, sugere-se a criação de grupos de trabalho permanente do Comitê para desenvolver e acompanhar áreas ou temas específicos e apresentar estudos elaborados pela Secretaria.

Estão previstas também reuniões informais para analisar a perspectiva da integração. A próxima reunião, como os senhores lembram, está prevista para março e foi um convite especial do CEFIR.

Finalmente, Senhor Presidente, está projetada a publicação mensal de um calendário anual de reuniões dos esquemas de integração e reuniões de caráter internacional vinculadas com a integração econômica, documento que certamente será muito útil para todos os Senhores Representantes.

PRESIDENTE. Agradecemos à Secretaria a apresentação deste documento. Solicitaria aos Senhores Representantes que apresentassem suas sugestões a respeito deste projeto de atividades.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente.

Minhas primeiras palavras são para congratular-me com o senhor pelo início de seu turno na Presidência do Comitê de Representantes. A Delegação do Brasil lhe deseja os mais completos êxitos.

Sobre o tema específico do documento di 890, a primeira avaliação da Delegação do Brasil é que as idéias aqui contidas nos parecem muito interessantes para racionalizar os trabalhos do Comitê neste primeiro semestre do ano. Teríamos somente duas pequenas coisas: uma pergunta e uma observação.

A pergunta é que gostaríamos de que a Secretaria-Geral pudesse detalhar melhor esta idéia de elaborar um projeto de "plano operacional" do programa de atividades. Ou seja, na medida em que há programa de atividades, em que há um grupo que se reúne mensalmente para acompanhar esse programa de atividades, gostaríamos saber, em profundidade, quais as vantagens, qual o modelo, qual o perfil deste programa operativo. Essa seria a pergunta.

A observação seria em relação ao ponto 6, "Aspectos organizacionais". Nós, Delegação do Brasil, sempre manifestamos aqui, em várias oportunidades, que para nós seria interessante manter as reuniões semanais do Comitê de Representantes. Gostaríamos de que neste caso o ponto 6



"Aspectos organizacionais" pudesse manter nossa tradição de reuniões semanais. Naturalmente, quando não houver matéria para reuniões semanais, então sim, consideraremos outros intervalos. Mas, em termos mais substantivos, a única observação a este documento da Secretaria seria realmente em relação à idéia de fazer reuniões cada 15 dias. Inclusive porque em alguns casos, por exemplo, certificados de origem, eles somente entram em vigor depois de um prazo após sua apresentação na reunião do Comitê de Representantes, e este é um aspecto que nos preocupa, que inclusive é um dos pontos que gostaríamos de tocar, talvez, em assuntos diversos. Obrigado, Senhor Presidente.

Representação da ARGENTINA (Gustavo A. Moreno).
Obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, como a Delegação do Brasil, desejo agradecer a Secretaria-Geral pela preparação deste documento di 890. Somente desejaria destacar alguns pontos. Gostaríamos de que fosse incorporado ao título o projeto de atividades do Comitê de Representantes, de acordo com o ponto 5 da Ordem do Dia, para que não se confunda com o programa de atividades gerais da Secretaria-Geral.

Da mesma maneira que o Brasil, estamos expectantes e gostaríamos de que nos explicassem o ponto 1.d), "Programa de atividades", já que é um tema prioritário para nossa Representação porque participamos do programa de atividades para este ano e desejaríamos ter um pouco mais de informação sobre este tema.

Vemos com muito agrado a incorporação do ponto 4 já começar com o tema dos cursos de capacitação do pessoal, uma de nossas grandes preocupações, e que está refletido neste documento.

Quanto ao ponto 6 e ao que acaba de manifestar a Delegação do Brasil, seguiríamos com a sugestão da Presidência, levando em conta que se existisse algum tema específico urgente poderia ser convocada uma reunião do Comitê, específica para esse momento. De qualquer maneira, se as datas propostas fossem aprovadas na reunião de hoje, seria interessante que a convocação por parte da Secretaria fosse automática, com aviso prévio de 48 horas, que é o se está fazendo para as reuniões do Comitê, e começar, pelo menos, a planejar nosso organograma e nossas datas para este semestre.

Com relação ao ponto 6, Senhor Presidente, o tema do programa de atividades, creio que está previsto tratar hoje também outros grupos de trabalho, e seria conveniente consultar a Representação do México, já que está trabalhando sobre o programa de atividades e coordenando este grupo, para saber se está de acordo com a data provisória das quintas-feiras. E depois de designar a Presidência da Comissão de Orçamento, novamente confirmar as reuniões para



as terças-feiras. Essas seriam, em princípio, nossas primeiras sugestões sobre este documento. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Consideramos excelente este documento porque se alcançaria um nível de operacionalidade maior em relação ao programa de atividades, tendo um projeto de plano operacional. O México está de acordo com essa situação. Somente desejaríamos fazer uma observação ao ponto 4. Proporíamos que não somente os funcionários da ALADI tivessem acesso a estes cursos e seminários, senão que ficasse a porta aberta para que o pessoal das Representações que estivesse interessado pudesse também assistir a esses cursos. Essa seria, por enquanto, nossa observação.

Em relação à data das quintas-feiras para as reuniões do Grupo de Trabalho, coordenado pelo México, solicitaria tempo para consultar o Senhor Embaixador Granguillhome e poder emitir uma resposta a esse respeito.

Representação da VENEZUELA (Oscar Fornoza). Obrigado, Senhor Presidente.

A respeito do projeto de atividades, a Representação da Venezuela desejaria agradecer à Secretaria o esforço realizado. Na realidade, estamos conformes com a proposta.

Desejaríamos referir-nos, especificamente, ao ponto 6. A Representação da Venezuela está de acordo em que as reuniões se realizem cada 15 dias, e da mesma maneira que a Representação da Argentina, está de acordo em que possam ser convocadas reuniões para assuntos específicos quando necessário.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Venezuela.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Humberto Jiménez). Em relação ao ponto 1, "Programa de atividades" para este ano, nas letras d), e) e f) se faz referência à próxima reunião do Conselho de Ministros e do Grupo Ad Hoc.

Pareceria, Senhor Presidente, que de acordo com o programa estabelecido neste documento distribuído pela Secretaria se estivesse mudando a metodologia adotada na Resolução 224, pela qual adotamos o programa de atividades. Tínhamos acordado nela que primeiro convocariamos uma reunião do Grupo Ad Hoc e que previamente a essa convocação a Secretaria devia preparar uma série de documentos. Em



função dos resultados, e unicamente em função dos resultados da reunião do Grupo Ad Hoc, poderia determinar-se a conveniência ou não de convocar o Conselho de Ministros.

Aqui pareceria que já estamos dando como um fato que o Conselho se reunirá, mas a metodologia adotada pelo Comitê na Resolução 224 é diferente. Primeiro, os documentos, depois sua avaliação na reunião do Grupo Ad Hoc e nele é determinada a reunião do Conselho de Ministros.

Quanto a lugar e data há uma resolução específica de um Conselho, que determina as datas e os lugares destas reuniões do órgão máximo da Associação.

No que se refere ao ponto 2, "Implementação de Bases de Dados", no programa de atividades, Senhor Presidente, está estabelecido especificamente que em abril de 1997 a Secretaria deve apresentar uma proposta sobre o desenvolvimento e incorporação de novos módulos ao sistema de informação. Não sei se isto que figura aqui se refere a isso. Nesse entendido estaríamos de acordo, porque não corresponde colocar atividades adicionais às já programadas.

Por outro lado, Senhor Presidente, desejaríamos que neste primeiro semestre fossem considerados prioritários três temas fundamentais, referentes a três acordos que estão quase negociados: o Acordo sobre trânsito Aduaneiro Internacional, cujo grupo de trabalho está sendo coordenado pelo Brasil. Apoiaríamos a proposta de dar prioridade aos trabalhos para, se possível, subscrever este acordo neste primeiro semestre. O segundo acordo que está, a nosso entender, na mesma situação é o acordo sobre Normas Técnicas, tendo-se realizado já um amplo trabalho prévio a nível de Grupo de Trabalho do Comitê de Representantes, com a participação de vários especialistas dos países-membros. Finalmente, Senhor Presidente, há outro acordo que está muito mais avançado que os dois anteriores e é o de Bens Culturais. Este acordo já foi subscrito pelo Equador há mais de 15 meses e até o momento não temos resposta formal sobre o estado em que se encontra. Ou seja, neste primeiro semestre, Senhor Presidente, propomos se considere prioritário o tratamento destes três acordos, que consideramos avançados para chegar a uma subscrição definitiva.

Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Em função das intervenções, em primeiro lugar queria agradecer àquelas Representações que desejaram êxitos a esta Presidência. Em segundo lugar, no que se refere às preocupações apresentadas, em geral observamos que há uma aprovação global dos temas, mas merecem dois esclarecimentos. Com relação ao primeiro, referente ao programa de atividades, ponto 1.b), a Secretaria distribuirá esta proposta que não vai além do programa de atividades, mas é uma desagregação do programa. Ou seja, como serão cumpridas as datas.

O segundo tema é o referente às datas propostas para o Comitê. São datas para reuniões ordinárias e para ordenar, pelo menos, nossas agendas nas Representações e saber que nesses dias serão realizadas indefectivelmente reuniões de Comitê. Na medida que se vai avançando, se em uma reunião se considera necessário fazer outra se convoca para a seguinte. Isto não impede que possamos ter todas as semanas uma reunião. Mas, devemos ter claro que nestas datas teremos reuniões de Comitê para que todas as Representações possam tomar as providências necessárias.

Quanto à data da convocação do Conselho de Ministros, esta surge de uma reunião informal de Chefes, por proposta de algumas Representações -lembro que o México foi quem enfatizou este tema, acompanhado pelo Uruguai e depois por outros- para que nas agendas dos Chanceleres seja fixada uma data. Isto não significa que indefectivelmente seja fixada uma data, senão que há uma convocação para tal data. Se no processo de avaliação se decide que não, então não se realiza. Mas é difícil, se se decide no mês de julho sua realização, comunicar aos Chanceleres que em tal data haverá uma reunião do Conselho de Ministros da ALADI, porque provavelmente já tenham completa sua agenda. Por conseguinte, isto é mais que nada de caráter preventivo.

Com relação às prioridades para a subscrição de alguns acordos, a Presidência também deseja que neste primeiro semestre se concretize a subscrição de acordos, mas isto está em função dos possíveis avanços dos grupos de trabalho e das respostas das capitais aos projetos já enunciados.

Aceitamos e consideramos útil a iniciativa do México de incorporar aos cursos de capacitação do pessoal da ALADI o pessoal das Representações quando estas solicitarem.

Creio que estes são comentários gerais e se os senhores assim consideram, tomaríamos, em princípio, conhecimento deste projeto e passaríamos ao ponto seguinte.

6. Criação de grupos de trabalho para a apresentação de estudos e documentos elaborados pela Secretaria-Geral.

PRESIDENTE. Sobre este tema a Presidência deseja fazer alguns comentários. Em primeiro lugar, já existem grupos de trabalho que estão funcionando e que apóiam eficientemente este Comitê. Referimo-nos ao que já está criado conforme as próprias regulamentações da ALADI, que é o de Orçamento, ao grupo de trabalho de acompanhamento do programa de atividades, ao grupo de trabalho sobre valoração aduaneira e ao grupo de trabalho sobre trânsito aduaneiro. É tudo. O grupo de trabalho sobre trânsito aduaneiro está coordenado pelo Brasil, o de valoração aduaneira e o de acompanhamento ao programa de atividades, pelo México.

Queríamos sugerir a criação de um novo grupo ad hoc, no qual sejam considerados todos aqueles temas de interesse para a Secretaria e desses temas que aparecem, por exemplo, no documento SEC/di 889, que devem ser apresentados como projetos ou propostas. Por exemplo: bases para uma proposta de normas antidumping. Seria útil analisar estes temas nesses grupos de trabalho e avaliar a conveniência ou não de chamar um grupo de peritos para considerar a análise final desses temas.

Fica pendente, entre outros, o tema de origem e seria também competência deste grupo analisar as diferentes iniciativas apresentadas da data em que tinha sido convocada para o mês de novembro -creio que depois foi adiada por proposta deste Comitê para ser convocada para o primeiro quadrimestre de 1997. Por conseguinte, deveríamos organizar a agenda com as novas propostas e fixar a data mais conveniente para convocar os peritos. Para este grupo de trabalho, a Presidência se toma a atribuição de propor como Coordenador a Representação do Chile. Caso não houver inconveniente nesta matéria, continuaremos com as mesmas presidências dos grupos de trabalho para os já constituídos.

Não existindo objeções do Chile nem das demais Representações, fica, aceita a proposta.

Quanto ao orçamento, caberia também analisar nesta reunião que depois da Bolívia corresponde ao Brasil.

Delegação do BRASIL (Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares). Obrigado, Senhor Presidente.

Sobre o grupo de trabalho relativo ao regime de origem, encaminhamos à Secretaria-Geral a nota N° 04, sobre alguns problemas que estão tendo nossas autoridades e as entidades que indicam os nomes dos funcionários habilitados para emitir certificados de origem, e aproveitaria este momento em que estamos criando um grupo específico sobre a problemática de origem, a ser presidido pelo Embaixador do Chile, para informar às demais Representações qual é a reivindicação que fará o Brasil sobre este tema.

Basicamente se trata da habilitação de funcionários autorizados para assinar certificados de origem. Como os senhores lembrarão, o Acordo 91 do Comitê estabelece procedimentos para a habilitação de funcionários para que possam assinar certificados de origem. De acordo com estes procedimentos, as assinaturas devem estar depositadas na ALADI e a habilitação somente entra em vigor 30 dias depois do depósito da comunicação dessa habilitação no Comitê de Representantes.

Este procedimento pode gerar demoras, atrasos desnecessários, especialmente em períodos do ano em que as reuniões do Comitê não são semanais. O crescimento do



comércio brasileiro no âmbito aladiano -creio que isto se aplica não somente ao comércio brasileiro, mas ao comércio de todos nossos parceiros- gera um crescimento do número de certificados que se torna necessário expedir e isto traz como consequência o aumento do número de funcionários autorizados ou a rápida substituição dos que deixam a função. Qualquer demora neste processo de habilitação pode, portanto, gerar obstáculos ao comércio por dificuldades na emissão dos certificados. À luz deste âmbito, o Brasil sugere a revisão dos procedimentos de habilitação estabelecidos para sua maior agilidade. Poderia ser considerada, entre outras possibilidades -isto seria colocado depois no âmbito do Grupo de Trabalho- a contagem do prazo de 30 dias a partir do envio da comunicação das assinaturas à Secretaria-Geral da ALADI, sem necessidade de apresentação em reunião do Comitê ou então a notificação às Representações junto à ALADI por nota da Secretaria-Geral, imediatamente de receber a comunicação das assinaturas.

Também poderia ser considerada a redução do prazo de 30 dias, que hoje está vigente, para um prazo menor, que seja razoável, incluindo estudar a possibilidade de que utilizemos o que em português chamamos "chancela mecânica" ou autorizações mecânicas.

Esta seria um pouco a temática com a qual o Brasil se propõe contribuir especificamente neste grupo de trabalho que vai ser presidido pelo Embaixador do Chile. Isto sobre o regime de origem.

Em relação ao ponto orçamento, de acordo com as regras vigentes, ao Brasil compete a Presidência da Comissão de Orçamento este ano. Mas, como o Representante Permanente do Brasil não se encontra em Montevideu, deverá regressar na primeira semana de fevereiro vindouro, gostaria de que deixássemos aberto este tema da designação do Presidente da Comissão até o regresso do Embaixador Denot Medeiros para que ele se pronuncie pessoalmente sobre este tema.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Tomou-se nota das preocupações em matéria de regime de origem e creio oportuno que no grupo de trabalho seja incluída esta iniciativa para que seja avaliada e ver se quando se considere oportuno convocar os peritos será necessário incluir na agenda o tema proposto pelo Brasil.

Quanto à Comissão de Orçamento, com muito prazer adiaríamos a designação da Presidência para a reunião de 5 de fevereiro.

Representação da VENEZUELA (Oscar Fornoza). Obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, a Representação da Venezuela queria aderir àquelas representações que desejaram êxitos em sua gestão e expressar suas felicitações.

Por outro lado, coincido com a Presidência na designação do Embaixador Bermúdez para que coordene o grupo de trabalho de origem. A esse respeito desejaríamos manifestar ao Comitê que recentemente, a partir de 1º de janeiro, foi criado na Venezuela o Ministério de Indústria e Comércio, desaparecendo o Instituto de Comércio Exterior e o Ministério de Fomento. Previamente, as autoridades do ICE designavam as pessoas autorizadas para emitir os certificados de origem. Em breve, enviaremos à Secretaria, para ser distribuído aos demais países-membros, a lista atualizada das pessoas autorizadas para emitir certificados de origem. Até o momento, e enquanto não seja modificada essa lista, continuarão os funcionários que estavam autorizados para assinar. Mas o Ministério de Indústria e Comércio deverá apresentar algumas modificações na forma de praxe. Contudo, reitero que não causará nenhum problema porque enquanto não recebamos a informação do Ministério de Indústria e Comércio continuarão tendo validade essas assinaturas. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradecemos ao Representante da Venezuela seus desejos de êxito a esta Presidência, como também o anúncio do novo Ministério. Esperaremos a informação complementar sobre a lista de funcionários com assinatura autorizada, no momento em que o MIC assim disponha. Continuarão vigentes, como o senhor manifestou, as autorizações dadas oportunamente por seu Governo.

Sobre este ponto, criação de grupos de trabalho, consulto se há algum outro comentário. Caso não existam outras preocupações passaria ao ponto 7.

7. Informe sobre o Terceiro Seminário, "Dimensão Jurídica da Integração".

PRESIDENTE. A Presidência oferece a palavra à Secretaria-Geral para apresentar este ponto da ordem do dia.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Isaac Maidana Quisbert). Muito obrigado, Presidente.

Como a organização e realização deste Seminário foi de interesse dos Senhores Representantes, a Secretaria considera que pode ser de utilidade conhecer um breve informe sobre seu desenvolvimento. Este Seminário se realizou de 2 a 3 de dezembro último.

Este Seminário foi organizado pela Secretaria-Geral, com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade da

República Oriental do Uruguai e de outras entidades de educação superior de diversos países da região.

A abertura deste Seminário esteve a cargo do Secretário-Geral, Engenheiro Antunes, do Decano da Faculdade de Direito da Universidade do Uruguai e, finalmente, do Presidente do Comitê, que deu por inaugurado este evento.

O Seminário contou com uma assistência de cerca de 130 pessoas, dentre as quais destacamos a participação de juristas, técnicos e especialistas nas matérias que foram objeto de análise. Consideramos importante destacar a presença do Doutor Diddier Opertti, Ministro do Interior da República Oriental do Uruguai, do Doutor Gualberto Dávalos, Presidente do Tribunal Andino de Justiça, do Doutor Juan Carlos Gemignani, Decano da Faculdade de Direito de Santa Fé, da República Argentina, do Doutor Paulo Tarso, da Ordem de Advogados do Brasil, da Doutora Miriam García de Pérez, Diretora do Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Carabobo, Venezuela, do Doutor Reinaldo Vanossi, ex-Presidente do Comitê Jurídico Interamericano da OEA, do Doutor Jorge Lavopa, Diretor do Comitê da América Latina e do Caribe no Conselho Argentino para as Relações Internacionais, e do Doutor Roberto Ruiz Díaz Labrano, Vice-Decano da Faculdade de Direito da Universidade Nacional de Assunção, da República do Paraguai.

De acordo com o temário, que foi muito amplo, e do qual oportunamente os senhores tomaram conhecimento, foi realizada uma série de exposições que consideramos de grande utilidade não só para refletir sobre os temas principais, mas também para lançar algumas linhas de ação futura sobre diferentes aspectos.

Embora o debate tenha sido amplo, considero que poderia ser de utilidade resumir as principais reflexões extraídas do Seminário. São quatro ou cinco reflexões que, a pedido nosso, o Doutor Raimundo Barros resumiu em forma clara e que passo a ler.

Os oradores referiram-se ao papel da ALADI como centro ou foro articulador por excelência da nova dimensão do processo de integração para legislar em matérias de evidente interesse regional, bem como para facilitar as ações em matéria de convergência e de articulação dos acordos bilaterais e sub-regionais.

Nessa perspectiva, manifestou-se que atualmente a legislação de algumas matérias está sujeita ao âmbito desses acordos e recomendou-se que as mesmas deveriam gradualmente ser de alcance regional e realizar-se no âmbito da Associação.

Outra reflexão destaca a necessidade de criar uma consciência jurídica regional que permita dar maior segurança e credibilidade ao processo de integração como fator

fundamental para apoiar, com bases sólidas e estáveis, o processo de integração em andamento.

Uma terceira reflexão se refere a que o processo de integração, em suas diversas modalidades, requer de estruturas jurídicas adequadas, onde fique estabelecida de maneira clara e uniforme a primazia do direito de integração originário e apoiado sobre os ordenamentos nacionais dos países-membros. Isso foi considerado como um requisito básico para a segurança jurídica do processo.

Manifestou-se, também, em relação aos principais mecanismos de liberação do Tratado de Montevideu 1980, que o surgimento no processo de integração regional de esquemas que superam as previsões do Tratado e da Cláusula de Habilitação com base nas quais se instituiu a ALADI como área de preferências econômicas, permitem concluir que chegou o momento de tentar uma análise das disposições que regulam seu funcionamento com a finalidade de adaptá-la à nova realidade do processo de integração da América Latina.

Refletiu-se também sobre os novos desafios jurídico-institucionais que os acordos bilaterais e sub-regionais encerram, em particular o MERCOSUL, a Comunidade Andina, o Grupo dos Três, bem como os acordos de complementação econômica, subscritos ao amparo do TM 80. Nesse sentido foram considerados os caminhos a seguir para compatibilizar a diversidade de instrumentos jurídicos bilaterais e sub-regionais vigentes na região.

Igualmente se manifestou a conveniência de analisar as modalidades de incorporação ao direito interno dos países-membros dos atos jurídicos adotados em seu âmbito. Neste ponto desejo destacar que a maioria dos juristas se manifestou preocupada pelo processo da internacionalização do direito comunitário ou do direito que surge dos Acordos à legislação interna dos países. Aparentemente, o grau de profundidade dos acordos que assumem os países a nível dos organismos internacionais tem alguma dificuldade na incorporação ao direito interno.

Por outro lado, destacou-se a importância adquirida pela cooperação jurídica em campos não compreendidos em esquemas de integração vigentes, como o caso da cooperação judiciária obtida em alguns esquemas sub-regionais, através das sucessivas reuniões dos Ministros da Justiça. Neste campo a preocupação fundamental é que o direito da integração existente está dando lugar a uma série de problemas e de solução de controvérsias, onde a cooperação judiciária é fundamental e ainda hoje não há uma coordenação adequada a nível regional, embora a nível sub-regional exista algum avanço.

Finalmente, o Seminário foi encerrado em 3 de dezembro com a presença do Engenheiro Antunes e nessa ocasião a Delegação do Chile, através do Clube de Advogados do Chile,

manifestou sua intenção de oferecer seu país para a realização do IV Seminário, no decorrer do mês de outubro deste ano. Para esses efeitos já tomamos contato com esta entidade para poder estabelecer no momento oportuno o programa provisório deste Seminário que quando corresponder daremos a conhecer ao Comitê para captar as sugestões sobre seu desenvolvimento.

Isto é tudo, Senhor Presidente, sobre a realização deste Seminário. Desejo agradecer o apoio das Representações, não somente na preparação do seminário, mas também na participação de alguns juristas de muito bom nível.

Teria uma informação adicional sobre o Seminário que em breve fará a OEA. Realizamos contatos com a Secretaria-Geral Adjunta de Assuntos Jurídicos da OEA para apoiar a realização de um seminário sobre Dimensão Jurídica, mas nesse organismo estaria programado para os dias 10 e 11 de março deste ano, cuja intenção é fazê-lo aqui, nas sede da Associação. Ainda não há confirmação destas datas, porque o Grupo Especial criado para esses efeitos no Conselho Permanente da OEA se reunirá neste mês, mas enquanto tenhamos essa confirmação vamos comunicar o temário definitivo. Agora vou distribuir um temário provisório que eles estão manejando e também vou destacar que a OEA nos pediu ajuda não somente na organização, mas na identificação dos peritos que possam participar deste evento, pela experiência da Secretaria neste tipo de seminários. Isso é tudo, Presidente.

PRESIDENTE. Desejaria agradecer à Secretaria a informação sobre o III Seminário e como foram lidas algumas conclusões, que foi o resumo solicitado a um perito sobre o que foi analisado nesse Seminário. Creio que seria útil distribuí-lo como documento para informação de todas as Representações.

Se os senhores estiverem de acordo, encomendaremos à Secretaria que nos distribua esse resumo que acaba de ler.

Por outro lado, desejo agradecer também a informação sobre o da ALADI ao Seminário que a OEA está preparando sobre aspectos jurídicos da integração.

Passamos ao último ponto da agenda.

8. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Pergunto às Representações se há algum tema a tratar neste ponto.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Agustín de Madalengoitia). Obrigado, Senhor Presidente.

Em uma primeira intervenção neste novo período de sessões do Comitê de Representantes, a Representação do Peru cumprimenta e felicita seu Presidente, o Senhor Embaixador Sabra, que desempenhará essa função durante o primeiro semestre de 1997. A Representação do Peru deseja renovar seu convite às distintas Representações dos países irmãos, membros da ALADI, para que nos acompanhem na Santa Missa que em apoio e solidariedade com os reféns da sede diplomática do Japão, em Lima, realizar-se-á amanhã, sexta-feira 17, às 12h30m na Igreja dos Padres Conventuales. A Representação do Peru enviou as notas correspondentes às distintas Representações e desde já agradece sua invalorável assistência.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Logicamente, tomamos devida nota de seu convite para esta Missa.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Carlos Galeano Perrone). Obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, também nossa Representação deseja aderir aos votos de êxitos neste início do período de sessões do Comitê, presidido pela Representação da Argentina, e desejo manifestar ao Embaixador Sabra que contará com o apoio da Representação do Paraguai para o desempenho de suas funções.

Além disso, nesta primeira sessão desejamos lembrar que durante o primeiro semestre corresponde ao Paraguai a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL e, nesse sentido, todas as Representações têm as portas abertas para arrecadar os dados que desejem e que sejam requeridos por seus Governos. Corresponde, também, neste ano a nosso país a Presidência do Grupo do Rio. Por conseguinte, vamos ter muito trabalho e nesse sentido vamos solicitar, e a partir deste momento solicitamos, a colaboração de cada um dos Representantes presentes, todos membros desse Grupo, para o melhor desempenho dessa Presidência. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Paraguai. Agradeço profundamente suas palavras e seus desejos de que esta Presidência alcance os objetivos fixados e pode ter a certeza de que vamos solicitar a colaboração de sua Representação para facilitar esta gestão.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). A Representação do México adere às expressões anteriormente manifestadas à nova Presidência do Comitê de Representantes, à qual desejamos muitos êxitos nesta nova etapa e temos certeza de que realizará avanços importantes no processo de integração. Muito obrigado.



Representação da BOLÍVIA (José Guillermo Loria). Obrigado, Senhor Presidente.

A Representação da Bolívia adere às congratulações ao Senhor Embaixador Sabra, cuja trajetória e experiência serão um tonificador para as atividades deste Comitê.

Queria aproveitar a oportunidade para perguntar, Senhor Presidente, se poderíamos contar hoje com a versão final do programa de atividades do Comitê e, além disso, com os grupos de trabalho que funcionarão. Faço a consulta porque esta lista de grupos de trabalho não contém todos os grupos que se organizariam para o primeiro semestre. Considero que seria necessário organizar algum outro grupo, de maneira que esta lista ou identificação dos grupos de trabalho ainda estaria aberta. Obrigado.

PRESIDENTE. Senhor Representante da Bolívia, agradeço suas palavras e ao mesmo tempo, prévia consulta com a Secretaria, informam-me que amanhã seria publicado o programa definitivo e logicamente será norma desta Presidência criar grupos de trabalho ad hoc que apoiem os trabalhos do Comitê. Portanto, os que foram definidos são para estes temas em particular, mas a medida que surjam novos elementos e seja necessária a criação de novos grupos, assim se procederia.

Senhores Representantes, não havendo outro tema para tratar, encerramos a 629a. sessão do Comitê.
